

A POLÍTICA EXTERNA NO GOVERNO DILMA ROUSSEFF: CONTINUIDADE E CONTENÇÃO (2011-2016)

Flávia Elaine Soares Ferreira¹Leiliane Rodrigues da Silva Emoto²Luismar Ribeiro Pinto³Douglas Santos Mezacasa⁴

RESUMO: Este estudo examina a política externa do Brasil durante o governo de Dilma Rousseff (2011-2016), identificando elementos de continuidade e contenção em relação ao governo anterior de Lula da Silva. Utilizando uma abordagem bibliográfica e documental com método dedutivo e técnica qualitativa, a pesquisa analisou as ideias centrais que nortearam a política externa, a estrutura internacional influente e as ações práticas adotadas. Os resultados indicam uma redução significativa nas viagens internacionais e na atenção à política externa, refletindo uma maior ênfase nas questões internas devido à crise econômica global. A gestão de Dilma manteve o foco no desenvolvimento nacional e regional, mas com menor protagonismo internacional. As considerações finais ressaltam a influência das características pessoais da presidente na condução da política externa, enfatizando a necessidade de ajustes estratégicos para fortalecer a posição do Brasil no cenário global.

Palavras-chave: Internacional Política externa. Crise econômica. Desenvolvimento nacional.

ABSTRACT: This study examines Brazil's foreign policy during Dilma Rousseff's administration (2011-2016), identifying elements of continuity and containment compared to Lula da Silva's previous government. Utilizing a bibliographic and documentary approach with a deductive method and qualitative technique, the research analyzed the central ideas guiding foreign policy, the influential international structure, and the practical actions adopted. The results indicate a significant reduction in international trips and attention to foreign policy, reflecting a greater emphasis on internal issues due to the global economic crisis. Dilma's administration maintained a focus on national and regional development but with less international prominence. The final considerations highlight the influence of the president's personal characteristics in conducting foreign policy, emphasizing the need for strategic adjustments to strengthen Brazil's position on the global stage.

Keywords: Foreign policy. Economic crisis. National development.

¹ Doutora em Ciências Sociais pela UNESP – Marília. Mestre em Ciência Jurídica pela UENP. Especialista em Direito Constitucional. Especialista em Direito Civil e Processual Civil. Contato: flaviaelainesoaresferreira@gmail.com

² Universidade Estadual de Goiás -GO. Mestra pela ITE -Bauru, linha de pesquisa: Direitos e Garantias Fundamentais e Inclusão Social. Graduada em Direito pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul -UEMS (2002 -2007) e Pós-Graduada em Docência para o Ensino Superior pela UEMS (2008). Atualmente é professora efetiva da Universidade Estadual de Goiás -GO, UEG, e Coordenadora do Curso de Direito, Unidade Universitária -Iporá/GO, UEG. E-mail: leiliane.emoto@ueg.br

³ Universidade Estadual de Goiás -GO. Mestre em DIREITO pela Universidade Federal de Goiás (1997 e 2016). Atuou como advogado da Comissão Pastoral da Terra de Goiás -CPT/GO, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Goiás -FETAEG e na Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura -CONTAG. Trabalhou na Sociedade Maranhense de Direitos Humanos -SMDH e, atualmente é docente na Unidade de Iporá da Universidade Estadual de Goiás -UEG. Email: luismar.pinto@ueg.br

⁴ Doutorando em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) com período de doutorado sanduíche pela *University of Maryland*; Mestre em Direito pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas do Centro Universitário de Maringá (UniCesumar); Bacharel em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná -PUC-PR (2014); Atualmente é professor e coordenador de curso de Direito da Universidade Estadual de Goiás. Email: douglas.mezacasa@ueg.com

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho abordou a Política Externa brasileira adotada durante o Governo de Dilma Rousseff (2011-2016), identificou-se elementos de continuidade da política externa adotada pelo ex-Presidente Luís Inácio Lula da Silva e elementos de contenção, relativos às mudanças de posicionamento em assuntos determinados.

A pesquisa é relevante no estudo da Política Externa, pois identifica mecanismos que delimitaram um perfil político mais contido e as repercussões nas decisões políticas, especialmente envolvendo atores internacionais.

Destacou-se a estrutura internacional nos anos do Governo Dilma o que exigiu mudança de postura, por exemplo, com redução das viagens internacionais e foco no cenário nacional, em virtude da crise econômica internacional iniciada em 2008.

Para abordar a Política Externa brasileira foi necessária a identificação de temas relevantes no contexto internacional, tais como a garantia e proteção aos Direitos Humanos, o que representou certa proximidade dos Estados Unidos.

Foram analisadas as ações globais que envolveram mecanismos internacionais, tais como a ação da ONU nomeando o Brasil como um dos responsáveis pela operação de paz no Haiti.

De se ressaltar a abordagem diferenciada do posicionamento brasileiro no

contexto das relações internacionais, com foco em investimentos no Brasil e acordos sinalagmáticos, especialmente no que tange a atuação brasileira no MERCOSUL, IBAS e BRICS.

Destacou-se a conduta de espionagem realizada por agência nacional dos Estados Unidos da América com repercussão internacional e grande relevância no plano nacional, implicando na aprovação do Marco Civil da Internet.

Além desta introdução, a pesquisa se desenvolveu em três capítulos. O primeiro capítulo abordou as ideias que nortearam o Governo da Presidente Dilma Rousseff, com ênfase para a continuidade dos preceitos iniciados pelo seu antecessor Luís Inácio Lula da Silva. O segundo capítulo tratou da análise da estrutura internacional no período de Governo de Dilma Rousseff. E, por fim, o terceiro capítulo analisou as condutas adotadas na prática da Política Externa.

A metodologia de estudo utilizada foi bibliográfica e documental, utilizando-se o método dedutivo, com a técnica de abordagem qualitativa.

2. IDEIAS QUE MOVERAM O GOVERNO DILMA (2011-2016)

Neste tópico serão abordadas as ideias centrais do Governo Dilma, algumas no âmbito da política doméstica outras no âmbito da Política Externa, para tanto inicia-se este

capítulo com um breve estudo biográfico da Presidente Dilma, capaz de mais adiante fundamentar algumas das decisões no contexto da Política Externa.

Posteriormente, utilizar-se-á o método comparativo na análise dos perfis do Presidente Lula em relação à Presidente Dilma, o que pode ter influenciado na adoção de estratégias diferentes de Política Externa.

2.1 ESTUDO BIOGRÁFICO DA PRESIDENTE DILMA ROUSSEFF

Antes de adentrar à análise das ideias que nortearam o Governo de Dilma Rousseff necessária a apresentação de uma breve biografia da Presidente, as informações são oriundas da Galeria de ex-Presidentes apresentada pela Secretaria Geral da Presidência da República.

Dilma Rousseff nasceu em 14 de dezembro de 1947, em Belo Horizonte, estado de Minas Gerais, filha do imigrante búlgaro Pedro Rousseff e da professora Dilma Jane da Silva. Foi eleita a primeira Presidente do Brasil em 2010, após vencer o segundo turno das eleições em 31 de outubro de 2010 (Brasil, 2012).

Aos 16 anos, Dilma iniciou a carreira política ao integrar organizações de combate ao regime militar. No ano de 1969, conheceu o advogado gaúcho Carlos Franklin Paixão de Araújo. Durante a ditadura militar sofreram perseguição da Justiça Militar. Dilma foi

condenada por “subversão”, de 1970 a 1972 esteve detida no presídio Tiradentes, na capital paulista (Brasil, 2012).

Em 1973 Dilma retomou os estudos na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, dois anos depois começou o trabalho como estagiária na Fundação de Economia e Estatística (FEE), órgão do governo gaúcho (Brasil, 2012).

No ano de 1979 dedicou-se à campanha pela Anistia, participou da fundação do Partido Democrático Trabalhista (PDT) no Rio Grande do Sul. Depois de trabalhar na assessoria do partido entre os anos de 1980 e 1985, foi escolhida em 1986 pelo prefeito de Porto Alegre para ocupar o cargo de Secretária da Fazenda (Brasil, 2012).

Em 1989 participou da campanha de Leonel Brizola. No segundo turno, Dilma defendeu a campanha do candidato Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT) (Brasil, 2012).

No início da década de 1990, atuou como presidente da Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul. Em 1993 tornou-se Secretária de Energia, Minas e Comunicação do Rio Grande do Sul (Brasil, 2012).

Em 1998, iniciou o curso de doutorado em Economia na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), curso não concluído. No mesmo ano passa a ocupar, novamente, a Secretaria de Energia, Minas e Comunicação do

Rio Grande do Sul. Em 2000 filiou-se ao PT. Em razão do trabalho que realizou na secretaria de Minas e Energia, chamou a atenção de Lula, haja vista que o estado gaúcho foi um dos poucos que não sofreu com o racionamento de energia de 2001 (Brasil, 2012).

Em 2002 participou da transição entre os governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Lula (2003-2010). Depois, com a posse de Lula, torna-se ministra de Minas e Energia (Brasil, 2012).

Entre os anos de 2003 e 2005 realizou reformulação no setor energético com a criação do chamado marco regulatório (leis, regulamentos e normas técnicas) para atuação em Minas e Energia. Presidiu o Conselho de Administração da Petrobrás, introduziu o biodiesel na matriz energética brasileira e criou o programa Luz para Todos (Brasil, 2012).

Em 2005 Lula escolheu Dilma para a chefia da Casa Civil, momento em que assumiu a condução do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e do programa de habitação popular Minha Casa, Minha Vida (Brasil, 2012).

No dia 03 de abril de 2010 Dilma deixou o Governo Federal para concorrer à Presidência, tendo oficializada sua candidatura em 13 de junho (Brasil, 2012).

Foi eleita a primeira Presidente do Brasil em 2010, após vencer o segundo turno das eleições em 31 de outubro de 2010. E reeleita no ano de 2014 (Brasil, 2012).

No dia 12 de maio de 2016, Dilma foi afastada da função em razão da admissibilidade de denúncia de crime de responsabilidade nº 1/2015, dando ensejo à instauração do processo de *impeachment* em desfavor da Presidente (Brasil, 2012).

Em 31 de agosto de 2016 o Senado Federal julgou procedente a denúncia de crime de responsabilidade e impôs à Dilma Vana Rousseff a sanção de perda do cargo de Presidente da República, conforme publicação no Diário do Senado Federal, Resolução nº 35, de 31 de agosto de 2016 (Brasil, 2012).

2.2 COMPARATIVO DOS PERFIS DO PRESIDENTE LULA E DA PRESIDENTE DILMA

Antes de abordar ideias próprias do Governo de Dilma Rousseff é importante tratar das principais características do Governo Lula, período marcado por políticas públicas de mobilidade de classes e mudanças nas relações de poder (Couto, 2011).

Tais mudanças repercutiram as ideias que Lula representava, classe subalterna e sindicalistas. Notou-se a redistribuição de renda com transferência de riqueza direta por meio do Programa Bolsa Família e aumento real do salário-mínimo (Couto, 2011).

A postura do Presidente Lula ficou marcada por seu discurso popular, acessível, com uso de metáforas que conquistou a empatia

das classes mais pobres da população (Couto, 2011).

No mês de outubro de 2010, Dilma Rousseff foi eleita, a primeira mulher presidente do Brasil, com 56.06% dos votos válidos (TSE, 2010).

O perfil da Presidente Dilma é diferente do perfil do seu antecessor, vista como autoritária pelo discurso de quem sabia o que fazer, apontava característica não popular, de quem se esforçava para usar vocabulário mais simples em seus discursos (Silva e Stipp, 2013).

Quando comparados os perfis do Presidente Lula e da Presidente Dilma é possível notar mais diferenças do que semelhanças. Apesar de terem nascido na década de 1940 e iniciado a carreira política na década de 1960, em um momento de política autoritária, possuem origens diferentes (Biblioteca Da Presidência Da República, s/d).

Enquanto Lula nasceu em família pobre, seus pais eram lavradores, Dilma nasceu em família de classe média, filha de advogado e imigrante búlgaro e de professora. A origem familiar repercutiu significativamente na formação de Lula e Dilma, enquanto Lula teve acesso ao ensino técnico, Dilma teve formação superior e em sentido estrito (mestrado e doutorado, ainda não concluído) (Biblioteca Da Presidência Da República, s/d).

Enquanto Dilma inicia sua carreira política ocupando cargos executivos, Lula inicia a carreira como líder sindical. Tais

características influenciaram significativamente nos perfis de gestão (Biblioteca Da Presidência Da República, s/d).

2.3 PROPOSTAS QUE NORTEARAM O INÍCIO DO GOVERNO DILMA

As propostas iniciais do Governo Dilma Rousseff se destacaram em treze eixos, segundo reportagem publicada no site de notícias G1, foram divididas em dez áreas, sendo elas desenvolvimento social, educação, saúde, segurança, economia, ambiente e energia, cultura, habitação e urbanização, esporte, ciência e tecnologia (G1, 2010).

Dentre as propostas de desenvolvimento social destacou-se o objetivo de eliminação da pobreza extrema, bem como a ampliação do Bolsa Família, acesso à água potável e erradicação do trabalho infantil (G1, 2010).

Quanto às propostas da educação, destacaram-se a intenção de criação de escolas técnicas nos municípios com mais de 50 mil habitantes, a construção de 6.000 creches e pré-escolas no país e o investimento de 7% do Produto Interno Bruto em educação (G1, 2010).

Na área da saúde é possível destacar o objetivo de inclusão de remédios contra diabetes e hipertensão na lista de medicamentos gratuitos da rede pública, ampliação dos programas de saúde direcionados à atenção primária à saúde (Saúde da Família, Basil Sorridente) (G1, 2010).

Quanto às metas para o meio ambiente, destacou-se o objetivo de redução do desmatamento em 80% na Amazônia e em 40% no Cerrado, fortalecimento da produção de energia renovável e de biocombustíveis e diminuição da emissão de gases estufa em 39% até 2020 (G1, 2010).

É possível verificar que em sua campanha e início de governo, as ideias que direcionaram o governo Dilma apresentaram certo grau de continuidade em relação do governo Lula, especialmente no que diz respeito às políticas públicas direcionadas para acesso à saúde e educação, moradia e distribuição de renda.

Medidas que implicariam em mudanças significativas não foram apontadas como possíveis em razão do desenho do presidencialismo de coalizão que manteve a governabilidade, mas impediu mudanças estruturais necessárias (Lemos, 2011).

Quanto à política externa, a ideia inicial era dar continuidade aos preceitos adotados no Governo Lula, com foco no protagonismo internacional, entretanto com o uso de medidas de retração e reorientação (Malamud, 2011).

3. ESTRUTURA INTERNACIONAL (2008-2016)

A análise da estrutura internacional é de extrema relevância para o estudo da Política Externa, haja vista que o Brasil, sendo um país emergente não tem poder decisivo nas instâncias

internacionais para controlar ajustes políticos, sendo dependente e muito da estrutura mundial.

Para realizar a abordagem da estrutura internacional na qual estava inserido o governo Dilma, importante destacar circunstâncias que influíram significativamente na economia mundial, fatos que ocorreram antes do início do mandato da Presidente, cujos efeitos impactaram a sua gestão.

Durante os anos do Governo Lula notou-se que houve um aproveitamento do contexto econômico. Com a inflação controlada se tornou possível a maior proposta de campanha: a reforma social (Albanus, 2015).

No período dos dois mandatos do Presidente Lula o cenário econômico internacional foi favorável ao desenvolvimento de políticas de distribuição de renda.

De 2003 a 2008 o preço das *commodities* contribuiu para aquecer a economia dos países sul-americanos (CEPAL, 2016).

A crise financeira de 2008 teve início em razão da má gestão das hipotecas por bancos americanos. Se de 2002 a 2007, a economia americana apresentou forte crescimento em razão do boom nos preços de habitações. Com ampliação da atividade das instituições financeiras com o aumento da procura por

empréstimos com garantia hipotecária, incluindo as hipotecas *subprime*⁵.

Com a alta demanda gerou-se a elevação dos preços das habitações. Segundo dados do IPEA (2008), o preço das moradias americanas aumentou pouco mais de 3 vezes entre os anos de 1987 e 2007.

Muitos empréstimos foram adquiridos e utilizados para pagamento de bens de consumo, sem aumento real nos salários, o aumento de gastos com consumo foi condição para a manutenção do crescimento da economia norte-americana até o ano de 2007, quando a bolha de preços estourou e gerou a maior crise financeira desde 1930 (Evans, 2011).

No governo Obama (2009-2016) os auxílios financeiros aos bancos americanos contribuíram para o déficit das contas governamentais (BBC, 2018).

A crise financeira de 2008 repercutiu na economia mundial implicando em redução do Produto Interno Bruto das grandes potências e causado danos ainda maiores nas economias em desenvolvimento (BBC, 2018).

Nos Estados Unidos o déficit fiscal no ano de 2009 foi de quase 12% do Produto Interno Bruto. Na União Europeia o plano de recuperação destinou 1,5% do PIB do bloco. Na China o pacote de estímulo à economia destinou 12% do PIB para infraestrutura e expansão

monetária para estímulo do consumo das famílias (BBC, 2018).

No terceiro trimestre do ano de 2009 o PIB do Brasil foi negativo em 1,2%. Enquanto no quarto trimestre de 2010, com a política de subsídios houve crescimento de 7,5% o maior em 24 anos (IBGE, 2021).

Nos anos seguintes (2011-2012) a economia brasileira desacelerou e o PIB caiu, fechando o quarto trimestre de 2011 em 4%, e o quarto trimestre de 2012 em 1,9%. No quarto trimestre de 2013 houve ligeira retomada da economia, com o PIB em 3%. Resultado que não se repetiu em 2014, com nova queda e encerramento do ano com PIB em 0,5% (IBGE, 2021).

A queda no crescimento do Brasil repercutiu ainda mais em 2015 ano em que o crescimento do país foi negativo em 3,5% e o déficit do governo foi de 10% do PIB (BBC, 2018).

No segundo trimestre do ano de 2016 o PIB brasileiro chegou a 4,5% negativo e encerrou o ano com 3,3% negativo (IBGE, 2021)

Quanto à Rússia, destaque-se que a economia do país encolheu 7,9% em 2009, em virtude da queda da venda das *commodities* e da queda do preço do barril de petróleo. No ano de 2015 a economia russa caiu 2,5% (BBC, 2018).

⁵ São espécies hipotecas com risco maior, as instituições financeiras dos Estados Unidos passaram a financiar a

aquisição de casas com juros baixos para pessoas com histórico de crédito ruim, estabelecendo o próprio imóvel como única garantia do financiamento (IPEA, 2008)

Logo que assumiu o governo no ano de 2011 a ex-Presidente Dilma teve de lidar com os efeitos mais nefastos da crise mundial decorrente da falência do banco de investimentos americano *Lehman Brothers*⁶, que testou as economias mundiais, reduzindo as taxas de crescimento mundial (Menezes e Fingerhann, 2020).

Como resultado da crise econômica houve a diminuição do crescimento econômico que refletiu na diminuição da capacidade de exportação e no orçamento para financiamento de projetos de cooperação técnica, impactando significativamente as relações internacionais (Cervo e Lessa, 2014).

4. PRÁTICA DA POLÍTICA EXTERNA

A fim de analisar a política externa adotada pela Presidente Dilma Rousseff parte-se do estudo do quantitativo de viagens internacionais, com o objetivo de investigar o quanto a ex-presidente investiu na agenda internacional, após a análise quantitativa serão verificadas as políticas adotadas nas relações exteriores.

No primeiro mandato (2011-2014), Dilma Rousseff esteve 144 dias fora do país em visitas de Estado ou encontros multilaterais, conduta que representou redução de 46,5% em

comparação ao segundo mandato do presidente Lula, que esteve fora do Brasil por 269 dias entre os anos de 2007 e 2010 (BBC, 2015).

Segundo o Professor Antônio Carlos Lessa, a redução de viagens internacionais no primeiro mandato da Presidente Dilma, demonstra que a importância às relações exteriores era menor do que no governo de seu antecessor (BBC, 2015).

Lessa (2015) menciona a relevância das viagens presidenciais na análise da política externa na medida em que a quantidade de viagens caracteriza a importância dada pelo governante aos assuntos de política externa em seu governo.

Sob tal argumento é possível afirmar que no Governo Dilma ficou demonstrado certo desinteresse, de forma a deixar o país distante das discussões mais importantes no cenário internacional.

Entretanto, há que se considerar que a redução das viagens pode ser consequência da mudança no cenário internacional no mandato da Presidente Dilma era diferente do mandato do seu antecessor, haja vista que o Brasil conquistou olhares do mundo e passou a receber diversos líderes mundiais em razão da Conferência Rio+20, Copa do Mundo de 2014 e Jogos Olímpicos de 2016.

⁶ O governo americano não interveio no banco sob o argumento de que se tratava de banco de investimentos (responsável por negociar valores mobiliários) e não de

um banco comercial (que recebe depósitos e é protegido pelo Banco Central), a forma pela qual o governo adotou tal atitude se revelou um grande erro de julgamento (EVANS, 2011).

Em certa medida Dilma manteve as características de destinos do Presidente Lula, dedicou-se em seu primeiro mandato em seis viagens ao continente Africano e viajou por quatro vezes à Venezuela (BBC, 2015).

Notou-se a ineficiência na gestão da política externa em razão da inexistência de diálogos com a sociedade, bem como de ausência de política do comércio exterior e diminuição da competitividade dos empresários nacionais no cenário internacional, face a ausência de estratégia de inovação (Cervo e Lessa, 2014).

Alguns entraves burocráticos prejudicaram ainda mais a inserção das empresas brasileiras no comércio internacional, tais como, a ampliação das exigências de licenças para implantação de projetos de infraestrutura (Cervo e Lessa, 2014).

É possível demonstrar, ainda, a redução da atenção dada a política externa no Governo Dilma por meio do número de vagas disponibilizados para a carreira diplomática.

No Lula foram ofertadas 207 no primeiro mandato e 423 no segundo mandato, com distribuição das vagas com foco nos países do Hemisfério Sul (Cornetet, 2014).

No primeiro mandato do Governo Dilma vagas foram ofertadas 110 vagas, apresentando redução 47% na oferta se comparada ao primeiro mandato (2003-2006) de seu antecessor e 74% com relação ao período

segundo mandato de Lula (2007-2010) (Cornetet, 2014).

Dilma iniciou seu segundo mandato com vistas à manutenção da agenda política centrada na América Latina, tal característica pode ser notada quando a Presidente deixou de comparecer ao Fórum Econômico Mundial, em Davos, na Suíça, para acompanhar a posse do Presidente reeleito na Bolívia Evo Morales (BBC, 2015).

As escolhas da Presidente Dilma ficaram mais evidentes, apresentando-se um perfil de administração de contenção o que afetou o Brasil na inserção na política econômica (Cornetet, 2014).

Note-se que houve diminuição da importância do Brasil em relação aos debates, por exemplo, relacionados a assuntos de segurança internacional, Stuenkel (2014) exemplifica dois momentos como oportunidades perdidas: a Conferência de Genebra II, discutindo a crise na Síria e a Conferência de Segurança em Munique.

Nestas circunstâncias, a diminuição da participação do Brasil em reuniões internacionais revelou a imagem de um governo que atribuiu à política externa uma posição secundária, diferente da posição adotada durante o Governo Lula.

Analisando a tipificação de mudanças quanto à política externa proposta por Hermann (1990), é possível considerar que ocorreu um ajuste, com alterações na ênfase dada à política

externa, sem, contudo, mudar os objetivos. Saliente-se que o ajuste pode ser vislumbrado como contenção.

No Governo Dilma é possível notar que a política externa brasileira ainda demonstrava o objetivo de garantia do desenvolvimento nacional e a consolidação do país como um polo de liderança regional, em um ambiente multipolar. Dessa forma, se os instrumentos utilizados para a garantia da meta são os mesmos, há que se considerar a manutenção da autonomia pela diversificação (Vigevani e Cepaluni, 2007).

4.1 AÇÕES GLOBAIS

Com a assunção da Presidência, Dilma apresentava tendências à manutenção da política herdada do Governo Lula. Inclusive no cenário internacional, as ideias iniciais eram de manutenção de uma política desenvolvimentista, com foco nas alianças Sul-Sul, especialmente na América do Sul (Vigevani e Cepaluni, 2007).

Entretanto, segundo afirmação do então Ministro Antônio Patriota, “continuar não é repetir” (Pereira, 2011). Dessa forma, pode ser notada que as políticas que seriam adotadas pela Presidente teriam impacto por suas características pessoais, tais aspectos demonstraram, inclusive, a defesa de Direitos Humanos, tendo em vista o passado de militante torturada.

No ano de 2011, em Durban, na África do Sul, a 17ª Conferência prorrogou o Protocolo

de Kyoto e tratou da obrigatoriedade das metas de redução de emissão dos gases do efeito estufa, deixando para o ano de 2020 as decisões de todos os países nesse sentido. No caso brasileiro, o compromisso redução da emissão de gases de efeito estufa entre 36% e 39% até 2020, já havia sido assumido na 16ª Conferência, no ano de 2010, assim em 2011 o país comprometeu-se a cumprir suas metas outrora estabelecidas. Destaque-se que foi na 17ª Conferência que Estados Unidos e China, os maiores poluidores aceitaram o princípio da obrigatoriedade (Cervo e Lessa, 2014).

A relevância do Brasil e seu esforço em estabelecer normas de política internacional ambiental pode ser reconhecida na Conferência Rio+20, Desenvolvimento Sustentável de junho de 2012. Com a presença de delegações de 193 países, sem a presença dos líderes das maiores nações poluidoras. Para a presidência, a inclusão de normas de combate à pobreza representara um avanço. Entretanto, o resultado da Conferência foi o considerado fraco, tendo em vista que apenas renovou as promessas anteriores, tratando-se de uma mera carta de boas intenções (Cervo e Lessa, 2014).

Após o fiasco da Conferência Rio+20, a aprovação do Código Florestal brasileiro foi criticada internacionalmente. Segundo manchete do jornal espanhol El País “Brasil concede impunidade para os madeireiros na Amazônia”. A Reportagem abordou a aprovação no Congresso de uma emenda da presidente Dilma

Rousseff que prevê a anistia aos crimes ambientais praticados até 2008 (Exame, 2011).

A crítica à aprovação do Código Florestal foi repercutida também pelo Financial Times sob o aspecto de que a nova legislação poderia acelerar o desmatamento na Amazônia (Exame, 2011).

No assunto de segurança internacional, o Ministro de Relações Exteriores, Antônio Patriota, defendeu, em 2012, normas de conduta aplicáveis às soluções multilaterais de conflitos, defendendo o uso da força apenas para a defesa das tropas e da ONU, bem como a não interferência em assuntos de política interna do Estado anfitrião ressaltando a proteção de civis e ação humanitária coletiva, quando necessário (Cervo e Lessa, 2014).

Em razão do posicionamento brasileiro quanto à proteção dos direitos humanos e as missões de paz, o Brasil foi escolhido pela ONU para coordenar a Missão de Paz no Haiti, a *Minustah*, com contingente de cerca de 1900 homens e mulheres brasileiros (Cervo e Lessa, 2014).

Nesse sentido, a defesa dos Direitos Humanos pode ser considerada uma mudança na condução da política externa do Brasil em relação ao Governo Lula. A adoção da proteção aos direitos humanos pode ser vislumbrada no voto favorável do Brasil nas investigações sobre desrespeito aos direitos humanos no Irã, demonstrando possível reaproximação aos EUA (Instituto Humanitas Unisinos, 2011, p.1).

Quanto ao tema de direitos humanos, a Presidente Dilma vai além do preceito responsabilidade de proteger e desenvolve a ideia de responsabilidade ao proteger, sugerindo que medidas de coerção violentas deveriam ser a última opção na implementação das ações com intervenção militar, sugerindo, ainda que o Conselho de Segurança da ONU teria a responsabilidade no monitoramento. Tal preceito não obteve o apoio necessário, haja vista que as nações estabelecidas defendiam que, em situações de crise, deve existir flexibilidade para a utilização de diferentes instrumentos desde a assistência até a coerção, sem apoio, a proposta se esvaziou (Saraiva, 2014).

A espionagem realizada pela americana *National Security Agency*, revelada em 2013, por Edward Snowden, envolvendo a interceptação de comunicações da presidente Dilma Rousseff e de empresas estatais brasileiras, como por exemplo, a Petrobrás. Contribuiu para que a Presidente Dilma cancelasse viagem aos Estados Unidos, além de negociar, com o apoio da *chanceler* alemã Angela Merkel, no âmbito da Assembleia Geral das Nações Unidas, uma resolução com o objetivo de condenar a espionagem, e discussão de propostas de um marco multilateral civil de proteção à privacidade digital.

O episódio de espionagem foi decisivo para proposição e aprovação, no Brasil, do Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 que estabelece princípios,

garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil).

No âmbito comercial a atuação do Brasil permaneceu com o objetivo de combate contra o protecionismo dos países desenvolvidos, merece destaque a conquista do Brasil, para o cargo de diretor da OMC do diplomata brasileiro Roberto Azevedo (na eleição, Azevedo contou com votos de diferentes continentes (destacando-se África e América do Sul) (Saraiva, 2014).

4.2 RELAÇÕES ESTRATÉGICAS (IBAS/BRICS)

Na gestão de Lula a prioridade na política externa estava direcionada à América do Sul. Em sua atuação, o Brasil buscou promover estabilidade, prosperidade e união, fomentando o desenvolvimento conjunto, o que permitiu que o Brasil se fortalecesse, adquirindo maior influência e poder de barganha em temas mundiais (Amorim, 2010).

O fortalecimento de grupos da aliança sul pode ser verificado, ainda, com a criação dos fóruns BRICS⁷ e IBAS, desenvolvidos da Gestão de Lula.

O IBAS, trata-se de viés estratégico entre Brasil, Índia e África do Sul, resultado de iniciativa da diplomacia brasileira com o objetivo de incentivar a cooperação técnica,

entre países de desenvolvimento similar, incluindo, ainda, o posicionamento político objetivando a reforma do Conselho de Segurança da ONU (Silva, 2011).

O grupo se institucionalizou no ano de 2009, na I Cúpula dos BRICS na Rússia. A inclusão da África do Sul, já em 2011, justificou-se pela importância do país no continente africano. Em razão de argumentos, é possível identificar que o Governo Dilma manteve tendência em defender a multipolaridade e a necessidade de democratização das instâncias decisórias da política mundial, apresentando ainda características desenvolvimentistas (Silva, 2013).

Com o objetivo de minorizar as consequências da crise econômica, o Governo Dilma contribuiu com a criação do banco dos BRICS, fortalecendo iniciativas brasileiras com a UNASUL e a CELAC (Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos) (Jakobsen, 2014).

Embora na gestão de Dilma houve atuação estratégica com os BRICS tal atuação não representou uniformidade, o que impediu a conquista de um dos maiores objetivos da Política Externa do Governo Lula, o ingresso do Brasil como membro permanente no Conselho de Segurança da ONU, tendo em vista que

⁷ O BRICS foi criado com fundamento no acrônimo criado pelo economista Jim O'Neil que designou os países

que até o ano de 2040, seriam considerados as maiores economias mundiais (Brasil, Rússia, Índia e China) (SILVA, 2013).

Rússia e China não manifestaram claramente o apoio para tal (Saraiva, 2014).

4.3 RELAÇÕES COM OS PAÍSES DA AMÉRICA DO SUL E MERCOSUL

Quanto à relação do Brasil com os demais países da América do Sul, é possível afirmar que, tanto o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), quanto a União de Nações do Sul (UNASUL) ganharam destaque.

O Mercosul tem perspectivas comerciais e de investimentos. O grupo ganhou nova perspectivas com a atuação do Presidente Lula com políticas industriais, de agricultura, comércio, tecnologia, educação e cultura, com o objetivo de coordenação macroeconômica, o que fortaleceria o bloco em relação aos desafios internacionais (Silva, 2013).

Em sua atuação, o Governo Dilma garantiu o ingresso da Venezuela no MERCOSUL, em 2012, o que gerou a oportunidade de ingresso para novos membros, demonstrando a manutenção da política externa do governo Lula com ênfase nas relações Sul-Sul (Jakobsen, 2014).

Destaque-se que o ingresso da Venezuela⁸ no MERCOSUL colocou grupo à esquerda política, e contribuiu para o

afastamento dos ideais dos EUA (com negociação de acordos voltados às ideias neoliberais).

Tal conduta pode ser vislumbrada ainda quanto à incorporação da Bolívia em 2015 (ainda em processo de adesão como membro). Ressalte-se que Suriname e Guiana foram incorporados como membros associados⁹ em 2013 e 2015, respectivamente (Mercosul, s/d).

Atualmente são Estados-partes: Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela (membro temporariamente suspenso em razão do descumprimento do Protocolo de Ushuaia sobre o compromisso democrático) (Mercosul, s/d).

São Estados associados: Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Peru e Suriname (Mercosul, s/d).

A UNASUL, diferentemente do MERCOSUL, possui vertente mais voltada à política e segurança da integração na América do Sul (Visentini, 2013). Este bloco teve importante função ao expressar uma voz única na perspectiva multilateral por meio do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS) o que permitiu a solução das disputas entre países vizinhos, afastando, ainda, a interferência de potências externas (Cervo, 2010).

⁸ O Tratado de Assunção permite a adesão de outros Estados membros da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI). A Venezuela foi o primeiro Estado Latino-americano a aderir ao tratado constitutivo, em 2006, seguida da Bolívia em 2015 (Mercosul, s/d).

⁹ Estados Associados são países com os quais o MERCOSUL celebre acordos com amparo no artigo 25 do Tratado de Montevidéu 1980 (TM80) (acordos com outros Estados ou áreas de integração econômica da América Latina). Tal é o caso da Guiana e Suriname (Mercosul, s/d).

4.4 RELAÇÕES COM OS EUA

As relações com os Estados Unidos da América sofreram diversos ajustes no Governo Dilma, que manteve o caráter da cooperação sul-sul, com manutenção do Brasil em destaque nas relações internacionais, entretanto, com menor ênfase do que no Governo de Lula, tendo em vista que a Presidente se preocupava mais com a política interna (realização de ajustes econômicos para conter os efeitos da crise financeira).

No início do primeiro mandato, a Presidente Dilma participou de uma parceria com os Estados Unidos com o objetivo de realizar cooperação em importantes setores, tais como educação, inclusão social, investimentos e comércio, direitos ambientais, energia e ciência e tecnologia (Jesus, 2014).

O relacionamento entre Brasil e Estados Unidos foi significativamente abalado no ano de 2013, com a divulgação da espionagem realizada pela Agência Nacional de Segurança.

Destaque-se que em 2015, foi publicada uma reportagem pela Globo News na qual, foi revelada uma lista do site WikiLeaks¹⁰ que demonstrou que além da espionagem da Presidente Dilma também foram objeto de espionagem o ex-chefe da Casa Civil Antônio

Palocci e o ministro do Planejamento, Nelson Barbosa, o ex-ministro das Relações Exteriores Luiz Alberto Figueiredo Machado, então subsecretário-geral de Meio Ambiente no período do monitoramento (Senado, 2015).

O episódio da espionagem da norte americana, Agência Nacional de Segurança (NSA), causou sequelas pessoais na Presidente Dilma, com seu telefone grampeado, suas comunicações com civis foram interceptadas, e mais, as comunicações de empresas estatais também foram atingidas pela espionagem. Somente em 2 de junho de 2014, em Dilma declarou ao jornal *The New York Times*, que estaria encerrado o desentendimento entre Brasil e Estados Unidos, e que as relações entre os países seriam retomadas com a remarcação visita outrora cancelada em 2013 (Cervo e Lessa, 2014).

4.5 RELAÇÕES BILATERAIS

Em suas relações bilaterais é possível destacar o relacionamento entre Brasil e China. Em razão do objetivo da China de exportar manufaturados para o Brasil houve a necessidade da realização de investimentos diretos no país. Entre os anos de 2010 e 2013, os investimentos de chineses no Brasil aproximam-se de 30 bilhões de dólares, oitavo mercado de

¹⁰ A lista divulgada no site WikiLeaks mostrou que 29 linhas telefônicas do alto escalão do governo haviam sido monitoradas pela NSA espionou, além de Dilma,

servidores de seu gabinete, auxiliares próximos e ministros também foram grampeados, incluindo o telefone via satélite do avião presidencial (Senado, 2015).

destino no mundo, o que torna o Brasil diferente de seus vizinhos latino-americanos (Bernal-Meza, 2013, *apud* Cervo e Lessa, 2014).

A Cooperação entre Brasil e China apresenta três eixos de atuação precípua: político, empresarial e científico-tecnológico. No ano de 2012 a China se tornou o primeiro parceiro comercial do Brasil (Cervo e Lessa, 2014).

Importante ainda, mencionar o relacionamento entre o Brasil e a África, cuja dedicação foi notável no Governo Lula, com o objetivo de angariar votos em organismos internacionais, Lula criou 35 embaixadas, a maioria delas na África (Folha, 2009).

A parceria com diversos países africanos, pode ser exemplificada ainda, quando em relação a projetos de cooperação técnica. Foi o caso da construção na cidade de Maputo, capital de Moçambique, de fábrica de medicamentos contra a AIDS em colaboração com a Fiocruz, sendo que o investimento brasileiro contribuiu com a construção do pátio fabril, doação e instalação de equipamentos, transferência de tecnologias para a produção de medicamentos e treinamento de pessoal (FIOTEC, 2021)

Entretanto, no Governo Dilma, a prioridade na cooperação Sul-Sul buscava resultados imediatos, e diminuiu o investimento em parcerias com a África (Saraiva, 2014).

O relacionamento entre Brasil e Argentina continuou relevante, apresentando,

contudo, dificuldades em razão de posicionamentos diferentes das respectivas políticas econômicas. Os investimentos do Brasil na Argentina apresentaram recuo e não houve apoio da Petrobras na reestatização da YPF, a companhia petrolífera argentina, em 2012. A Presidente Dilma, em visitas à Argentina se colocou à disposição para continuar negociando com o país vizinho, entretanto as diversas medidas administrativas adotadas pela Argentina impactaram no fluxo comercial, ampliando isolamento financeiro argentino e espantando investidores (Cervo e Lessa, 2014).

Em 2014 o acordo automotivo para comercialização de veículos foi renovado apontando maiores dificuldades em relação ao acordo de mesma característica do Brasil com o México (Cervo e Lessa, 2014).

Destaque-se que a industrialização da Argentina foi conduzida no período por decisões que demonstraram sua introspecção econômica e divergências entre o governo e os setores econômicos (Cervo e Lessa, 2014).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No governo de Dilma Rousseff a Política Externa brasileira não recebeu tanta atenção e destaque quanto no Governo de seu antecessor. Tal conduta pode ser apontada em razão do cenário internacional de crise econômica e até mesmo das características pessoais da Presidente, com maior ênfase na

gestão do que na conduta política propriamente dita.

Destaque-se que a diminuição da importância dada à Política Externa pode ser comprovada pela redução de viagens internacionais, bem como pela redução de poder dado ao Itamaraty e diminuição de concursos públicos para a carreira de diplomata.

O Governo da Presidente Dilma iniciou a atuação na Política Externa de forma tímida, demonstrando maior preocupação com a política interna.

É possível afirmar que as características pessoais da Presidente Dilma influíram na sua condução da Política Externa, de modo que a preocupação foi mais com características gerenciais, buscando negociações com resultados imediatos e deixando de lado a personalidade, marca do Governo Lula, pois a Presidente não considerava tão importante a sua presença em determinadas reuniões, deixando a cargo do Itamaraty.

A consequência da adoção de tais condutas incidu na diplomacia presidencial com pouca ampliação dos cargos de diplomacia por meio de concursos públicos, redução de investimentos no Itamaraty e consequente diminuição da presença e importância do Brasil no cenário internacional.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALABANUS, Adriana Pilar Ferreira. “Continuar não é repetir”: A Política Externa

dos Governos Lula e Dilma em perspectiva comparada. *Revista NEIBA Cadernos Argentina-Brasil*. Dossiê Regionalismos SINPORI - 2014. Volume 4, nº 1, agosto de 2015. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/neiba/article/view/13860/13509>. Acesso em: 20/04/2022.

AMORIM, Celso. (2010). **Brazilian foreign policy under President Lula (2003-2010): an overview**. Brasília: Brasília: Revista Brasileira de Política Internacional, a.53, pp. 214-240. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbpi/a/CMNH5Hc6x63gRKQKY4yGgbj/?lang=en>. Acesso em: 25/04/2022.

BBC BRASIL **Como 5 economias reagiram à crise mundial – e como estão 10 anos depois, por Pablo Uchoa**. Publicado em 15/09/2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-45442713>. Acesso em: 21/04/2022.

BBC BRASIL. **Dilma viaja menos da metade que Lula ao exterior**, por Mariana Schreiber. Publicado em 21/01/2015 Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/01/150113_dilma_viagens_internacionais_ms_1_gb. Acesso em: 22/04/2022.

BRASIL, Biblioteca da Presidência da República. **Biografia da Presidente Dilma Rousseff**. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/biografia>. Acesso em 25/04/2022.

BRASIL, Biblioteca da Presidência da República. **Biografia do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva**. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/biografia-periodo-presidencial>. Acesso em 25/04/2022.

BRASIL, Isto é. **A história do pai**: Apaixonado por livros, bom para fazer negócios e comunista,

Pedro Rousseff teve forte influência na formação intelectual de sua filha. Por Amauri Segalla. Publicado em 01/11/2010 e atualizado em 21/01/2016. Disponível em: https://istoe.com.br/103655_A+HISTORIA+D+O+PAI/. Acesso em: 25/04/2022.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Estatística e resultado das eleições 2010**. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antteriores/eleicoes-2010/estatisticas>. Acesso em 19/04/2022.

BRASIL, Senado. **EUA grampearam telefone do avião de Dilma**. Por Jonathan Ernst. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/513286/noticia.html?sequence=1>. Acesso em 27/04/2022.

CERVO, Amado Luis; LESSA, Antônio Carlos. O declínio: inserção internacional do Brasil (2011-2014). **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 57, n.2, p.133-51. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbpi/a/CKYGVYXfKP6GvwydF8WLqPF/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 23/04/2022.

CERVO, Amado Luiz. (2010). Brazil's rise on the international scene: Brazil and the world. Brasília: **Revista Brasileira de Política Internacional**, a.53, pp. 54-72. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbpi/a/Tp49dMHXfP8n795CzDRz6cs/abstract/?lang=en>. Acesso em: 25/04/2022.

CESPE UNB. **Concursos e Seleções**. Centro de Seleção e de Promoção de Eventos da Universidade de Brasília, 2014. http://www.cespe.unb.br/concursos_antigos/default.asp. Acesso em: 23/04/2022.

COUTO, Cláudio Gonçalves. **O governo Lula e as perspectivas de Dilma Rousseff**. Revista Iberoamericana. Nova época, Año 11, No. 41 (Marzo de 2011), pp. 159-163. Disponível em:

<https://www.jstor.org/stable/41677311?refreqid=excelsior%3Aae5268688f15ccf756670004cb42e703&seq=1>. Acesso em: 22/04/2022.

CORNETET, João Marcelo Conte. **As políticas externas de Lula da Silva e de Dilma Rousseff: uma análise comparativa**. 53p. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do sul - Porto Alegre. 2014.

CORNETET, João Marcelo Conte. **A Política Externa de Dilma Rousseff: contenção na continuidade**. Revista Conjuntura Austral. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/ConjunturaAustral/article/view/47628>. Acesso em: 25/04/2022.

DANESE, Sérgio. **Diplomacia Presidencial: História e Crítica**. 2ª Edição. Editora FUNAG, 2017. Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/download/diplomacia-presidencial.pdf>. Acesso em: 23/04/2022.

EVANS, Trevor. Cinco explicações para a crise financeira internacional. **Revista tempo do mundo**. Volume 3, nº 1. Abril de 2011. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6248/1/RTM_v3_n1_Cinco.pdf. Acesso em: 20/04/2022.

EXAME, **Mídia estrangeira critica novo Código Florestal**: Jornais como Financial Times, El País e a britânica BBC vêm com maus olhos aprovação do projeto que flexibiliza a legislação ambiental brasileira. Por Vanessa Barbosa. Disponível em: <https://exame.com/mundo/midia-estrangeira-critica-novo-codigo-florestal-brasileiro/>. Acesso em: 30/04/2022.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Em busca de apoio, Lula cria 35 embaixadas desde 2003**. Objetivo é conquistar votos em disputas por representação em organismos internacionais. Em 08/03/2009. Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0803200914.htm>. Acesso em: 29/04/2022.

FIOTEC, Fruto de parceria com a Fiocruz, instalação de fábrica de medicamentos em Moçambique é concluída. Projeto de transferência de tecnologia com Farmanguinhos/Fiocruz possibilitou a capacitação de pessoal e a produção de milhões de medicamentos nas novas instalações fabris. Por Gustavo Amaral, em 05/10/2021. Disponível em: <https://www.fiotec.fiocruz.br/noticias/projetos/7641-fruto-de-parceria-com-a-fiocruz-instalacao-de-fabrica-de-medicamentos-em-mocambique-e-concluida>. Acesso em: 29/04/2022.

G1. Conheça as principais propostas de campanha de Dilma Rousseff. Disponível em: <https://g1.globo.com/especiais/eleicoes-2010/noticia/2010/11/conheca-principais-propostas-de-campanha-de-dilma-rousseff.html>. Acesso em 20/04/2022.

HERMANN, C. F. Changing Course: When Governments Choose to Redirect Foreign Policy. **International Studies Quarterly**, 34, n. 1, Março 1990. 3-21.

IBGE. Sistema de Contas Nacionais Trimestrais. PIB a preços de mercado - Taxa acumulada em 4 trimestres (%), 1º trimestre 1996 - 4º trimestre 2021. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9300-contas-nacionais-trimestrais.html?=&t=series-historicas&utm_source=landing&utm_medium=explica&utm_campaign=pib#evolucao-taxa. Acesso em: 24/04/2022.

INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS. Perspectivas da Política Externa no governo Dilma Rousseff. 2011. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/cepat/cepatconjuntura/500012-conjuntura-da-semana-perspectivas-da-politica-externa-no-governodilma-rousseff>. Acesso em 19/04/2022.

IPEA. Revista de Informações e Debates do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Desafios do desenvolvimento. Ano 5. Edição 45 de 05/07/2008. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2156:catid=28&Itemid#:~:text=Subprime%20s%C3%A3o%20hipotecas%20de%20maior,pr%C3%B3prio%20im%C3%B3vel%20como%20%C3%BA%20garantia.. Acesso em: 20/04/2022.

JAKOBSEN, Kjeld. A vitória de Dilma e o futuro da política externa. **Carta Capital**. 27 out.2014. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/gr-ri/a-valoria-da-dilma-e-o-futuro-da-politica-externa-3797/>. Acesso em: 19/04/2022.

JESUS, Diego Santos Vieira de. The Benign Multipolarity: Brazilian foreign policy under Dilma Rousseff». In **Journal of International Relations and Foreign Policy**. Vol. 2, N.º 1, 2014, pp. 19-42. Disponível em: http://jirfp.com/journals/jirfp/Vol_2_No_1_March_2014/2.pdf. Acesso em: 30/04/2022.

LEMOS, Leany Barreiro. As eleições de 2011 e os desafios da nova Presidente do Brasil. **Iberoamericana**. Nova época, Año 11, No. 41 (Marzo de 2011), pp. 164-169. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/41677312?read-now=1&refreqid=excelsior%3A73b8a4779f0e7267d2fdeed9a7081a8c&seq=6>. Acesso em: 20/04/2022.

MALAMUD, Andrés. La política externa de Dilma Rousseff: ¿menos de lo mismo? **Iberoamericana: América Latina, España, Portugal**, n. 41, 2011, p. 174-179. Disponível em: <http://www.eui.eu/Personal/Researchers/malamud/Iberoamericana2010-Dilma.pdf>. Acesso em 19/04/2022.

MENEZES, Roberto Goulart. FINGERMAN, Natália. Cooperação Sul-Sul no governo de Dilma Rousseff (2011-2016): Retração ou Transformação? **Revista Sociedade e Cultura**.

Volume 23, 2020. Disponível em:
<https://www.revistas.ufg.br/fcs/article/view/59660>. Acesso em: 20/04/2022.

MERCOSUL, Países membros. Disponível em:
<https://www.mercosur.int/pt-br/quem-somos/paises-do-mercosul/>. Acesso em: 26/04/2022.

PEREIRA, Paulo Celso. (2011). “Continuar não é repetir”. **Revista Veja**, 2199 ed., a.44, n.2, pp.17-21, 12 jan.

SARAIVA, Miriam Gomes. Balanço da política externa de Dilma Rousseff: perspectivas futuras? **Revista de relações internacionais**. Dezembro de 2014, [pp. 025-035]. Disponível em:
http://www.ipri.pt/images/publicacoes/revista_r_i/pdf/ri44/n44a03.pdf. Acesso em 30/04/2022.

SILVA, Jéssica Santos da. STIPP, Silvia Brandão Cuenca. *Media Training: a transformação de Dilma Rousseff*. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. **Anais do XVIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste** – Bauru - SP – 03 a 05/07/2013. Disponível em:
<https://portalintercom.org.br/anais/sudeste2013/resumos/R38-0301-1.pdf>. Acesso em: 20/04/2022.

VISENTINI, Paulo Fagundes. (2013). **A projeção internacional do Brasil: 1930-2012** diplomacia, segurança e inserção na economia mundial. Rio de Janeiro: Elsevier.

SILVA, André Luiz Reis da. (2011). Uma diplomacia multidimensional? As transformações matriciais da política externa brasileira recente (2000-2010). In: **Simpósio Nacional de História**, 26, 2011, São Paulo 2011. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História. São Paulo: ANPUH, jul. Disponível em:

http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308186318_ARQUIVO_ARTPEBNOVA_MATRIZLULAANPUH2011c.pdf. Acesso em: 26/04/2022.

SILVA, André Luiz Reis da. (2013). Brasil, potência emergente: desafios do desenvolvimento e da inserção internacional. In: VISENTINI, Paulo [et al]. **Brics: as potências emergentes: China, Rússia, Índia, Brasil e África do Sul**. Rio de Janeiro: Vozes.

STUENKEL, Oliver. O risco do recuo estratégico brasileiro. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 10 mar. 2014. p. 1-3. Disponível em:
<http://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2014/03/1422485-oliver-stuenkel-o-risco-do-recuoestrategico-brasileiro.shtml>. Acesso em: 22/04/2022.

VIGEVANI, T.; CEPALUNI, G. A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação. **Contexto internacional**, 29, n. 2, 2007. 273-335.